RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

1. **PROCESSO**: SEI-170002/001733/2023

2. **IMPUGNANTE**: DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA

3. **OBJETO**

Trata-se de impugnação ao edital do pregão eletrônico – SRP n. 014/2023, apresentado, tempestivamente, com arrimo no item 1.5 do instrumento convocatório. O objeto do certame consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP, PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO E DESOBSTRUÇÃO SOB DEMANDA.**

Em linhas gerais a impugnação se pauta em demonstrar que o objeto do PE SRP nº 14/2023 desta EMOP é idêntico ao da Ata de Registro de Preços assinada em decorrência do PE SRP 03/2024 promovido pela Secretaria de Estado das Cidades do Rio de Janeiro.

Em suas palavras alega a impugnante que: "...faz-se imperiosa a anulação do presente Edital, uma vez que a disputa promovida não se justifica, uma vez que já existem empresas contratadas para os serviços aqui licitados...". Corrobora sua tese nos princípios da legalidade e competitividade.

4. DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Entendemos que a Impugnação apresentada não deve prosperar, conforme fundamentos a seguir expostos:

Em que pesem as razões apresentadas, depreendemos que as mesmas sofrem de erro de premissa, o que faz desmoronar os critérios levantados pela impugnante.

Aduz a impugnante que os objetos seriam idênticos, porém, como será demonstrado, não o são, outrossim, em oposição à tese da impugnante, também as demandas não estão alinhadas.

Pela simples verificação dos objetos a serem contratados, verifica-se sua diferença, enquanto no certame capitaneado pela SECID temos como objeto: “contratação de empresa para locação de máquinas, veículos e equipamentos para os serviços de desobstrução, **limpeza, conservação e manutenção de vias, estradas, ruas e acessos**, localizadas em todos os municípios do estado do Rio de Janeiro.” (grifo nosso).

O pregão da EMOP-RJ informa, “**locação de máquinas para ações de prevenção e desobstrução sob demanda**”, não pretende esta empresa que a futura contratada efetue por exemplo serviços de manutenção de vias, muito menos sua conservação, justamente, com todas as ressalvas ao que pretende a Secretaria das Cidades, ser atividade alienígena à EMOP-RJ.

Todavia, as divergências tornam-se ainda mais flagrantes ao se examinar as planilhas das duas contratações, enquanto a SECID apresenta itens relacionados à sinalização de vias e sua manutenção, como placa de sinalização, cavalete, sinalizador eletrônico, rolo compactador, motosserra, até mesmo uma escavadeira anfíbia, além de mão-de-obra, a EMOP-RJ se reserva a indicar os equipamentos e seus operadores unicamente.

Se não bastasse isso, vê-se que esta empresa pública se preocupou com uma maior quantidade de horas para os equipamentos.

Ainda que hajam equipamentos similares, ressalta-se **não idênticos**, percebe-se que as atividades a serem executadas são diametrais.

Deve-se ter em mente também que as demandas também são diferentes, sua forma de execução e a natureza dos registros de preços, enquanto a SECID, ao que se imagina, terá um grande contrato para as áreas delimitadas, esta EMOP-RJ fará uso de seu registro como verdadeira prateleira, destacando a natureza “por demanda” da contratação.

Tudo isto, por si só, já demonstra não haver identidade entre as contratações, mas ainda há o fato de que a SECID, como órgão da administração direta rege-se pela Lei 14.133/2021, enquanto a EMOP-RJ, por se tratar de empresa pública, pela Lei 13.303/2016, o que afastaria, em tese, uma eventual contratação conjunta, o que se apresenta apenas pelo debate.

Ainda na linha da argumentação, apenas para demonstrar a legalidade do presente certame, se fosse o caso, a própria Lei 14.133/2021, afirma ser possível a contratação simultânea para um mesmo objeto, lembrando-se que não é o caso aqui tratado, expressa o art. 49.

A Administração poderá, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, desde que essa contratação não implique perda de economia de escala, quando:

I – o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado; e

II – a múltipla execução for conveniente para atender à Administração.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, a Administração deverá manter o controle individualizado da execução do objeto contratual relativamente a cada um dos contratados.

Assim, ainda que fossem objetos idênticos, o que não são, seria possível a manutenção do pregão eletrônico SRP n. 014/2023 da EMOP-RJ.

Por tais razões, percebe-se que: os objetos são diversos, suas finalidades não são as mesmas e sua forma de execução é diferente, o que demonstra que a alegação da impugnante não merece prosperar.

Paulo Cesar Longo Diniz Junior

Pregoeiro

Id. 50846558